

incipit

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
UNIVERSIDADE DO PORTO
2021 | 13ª EDIÇÃO

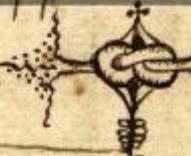


COORDENAÇÃO DE
ANA CLARINDA CARDOSO, ANDRÉ RODRIGUES,
J. CARLOS TEIXEIRA, PAULO MORGADO E CUNHA
RUBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO.

SILVANA R. VIEIRA DE SOUSA

Confirmacio De Celso lino do privilegio del liolliao qpprimos fuz m.
em portugul. Salua Conseruaoe e visitacone maioris Magistry.

Celestinus. Epus seruus seruoz dei. Dilectis fillijs. . . Haec pro
aali et vniuersis Comendatorib' et fratrib' domus. . .
portugalie et algariby Regne. . .
UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2022



Ficha técnica

Título: Incipit 10. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2021
Coordenadores: Ana Clarinda Cardoso, André Rodrigues, J. Carlos Teixeira, Paulo Morgado e Cunha, Rúben Filipe Teixeira da Conceição, Silvana R. Vieira de Sousa
Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
Local de edição: Porto
Ano de edição: 2022
ISBN: 978-989-9082-13-7
Capa: Ana Clarinda Cardoso
Composição e paginação: J. Carlos Teixeira e Rúben Filipe Teixeira da Conceição

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Infante D. João: o Íncrito desconhecido

João Pedro Alves
Universidade do Porto

Resumo:

O presente artigo pretende dar a conhecer a proposta de investigação que ambicionamos desenvolver no âmbito da nossa dissertação de mestrado, a qual consiste numa abordagem de cariz biográfico em torno do Infante D. João de Avis (1400-1442), sétimo filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Através de um exaustivo levantamento e análise de uma larga e inédita variedade de fontes, produzidas pela maior multiplicidade de agentes possíveis, de forma a obter uma leitura global e cruzada de todas as perspetivas acerca do nosso biografado. Neste primeiro esboço da nossa investigação, iremos delinear os principais os seus contornos teóricos e metodológicos, nomeadamente: quais os objetivos e questões a que ambicionamos dar resposta; o enquadramento historiográfico do projeto; o *corpus* documental selecionado; e por fim, a estrutura provisória da nossa investigação.

Palavras-chave:

Infante D. João; Dinastia de Avis; Biografia; Ordem de Santiago.

Abstract:

The present article aims to give a small showcase of the investigation proposal which we aspire to develop as our master's dissertation. That consist in a biographical approach of the figure of Infant D. João of Avis (1400-1442), seventh son of John I of Portugal and Philippa of Lancaster. By means of an exhaustive collection and analysis of a vast and unprecedented assortment of documental sources, produced by multiple and diverse agents, aiming to obtain a complete image of the biographed subject pertaining from multiple perspectives. In this first draft of our investigation, we will set the main theoretical and methodological basis, namely: the objectives and focal questions that we aim to answer; the historiographical background of our theme; the selected documentary corpus; and finally, the provisionary structure of our investigation.

Keywords:

Infant D. João; House of Avis; Biography; Order of Saint James.

1. Introdução

Em meados da década de 60 do século passado, Joaquim Veríssimo Serrão lançava o repto à historiografia: *Falta na bibliografia portuguesa um estudo fundamentado que ponha em relevo o papel histórico do Infante D. João.*¹ Esta

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, "Infante D. João". In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) vol. III, p.380-381.

afirmação reveste-se até aos nossos dias de uma atualidade desconcertante, mantendo-se D. João como o membro menos estudado e, conseqüentemente, menos conhecido da geração de Avis.

É esta a lacuna que o nosso projeto, encetado no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, almeja suplantar. Para esse feito, propomo-nos a levar a cabo um estudo de cariz biográfico sobre o Infante D. João, sétimo filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre. É importante referir que devido às condicionantes inerentes a uma dissertação de mestrado, o presente estudo não se apresenta *a priori* como uma análise global e definitiva daquilo que terá sido a vida do Infante. Mas sim uma primeira análise, assente sobre a base documental mais alargada alguma vez utilizada num estudo referente a este homem – graças à investigação arquivística e documental que desenvolvemos – que pretende compreender o indivíduo, bem como os seus comportamentos, atuações e valores, no contexto do período cronológico, ambiente sociológico e espaço geográfico onde o mesmo se inseriu.

No que se refere à delimitação cronológica, um estudo biográfico ficará à partida limitado entre duas metas inerentes à condição humana, o nascimento – sucedido a 13 de janeiro de 1400, em Santarém – e a morte – chegada em meados de outubro 1442. Uma vida de 42 anos. Todavia, uma vez que uma vida não se esgota na existência terrena, é importante realçar que estes limites não são totalmente estanques. Sendo ultrapassados, quando necessário, quer em relação aos eventos que antecedem o nascimento, quer após a morte do Infante até ao último quartel de quatrocentos, quando os últimos vestígios da sua casa senhorial se começam a esbater.

A larga maioria do seu percurso de vida desenrola-se no reino português da primeira metade de quatrocentos, o que fará deste o espaço geográfico delimitador da nossa análise. Será prestada uma maior atenção ao território localizado abaixo da linha do Tejo, local onde o Infante permaneceu durante a maioria da sua vida, em larga medida devido às suas obrigações enquanto administrador espatário. Somente dois momentos nos obrigarão a extravasar as fronteiras do reino. Falamos das duas passagens do Infante por terras africanas, em 1419, por Ceuta, onde testemunhou a vitória dos portugueses face aos seus sitiados, e mais tarde em 1437, aquando da sua malograda tentativa de negociação pela libertação de D. Fernando, no rescaldo do desastrosos assalto a Tânger.

2. Antecedentes historiográficos

Em primeiro lugar, consideramos relevante referir o panorama da biografia histórica das figuras contemporâneas do Infante D. João. No que diz respeito aos monarcas D. João I,² D. Duarte³ e D. Afonso V,⁴ estes foram já alvo de um estudo biográfico e também os percursos de vida das suas respetivas cônjuges foram já analisados, das quais destacamos D. Filipa de Lencastre⁵ e D. Leonor.⁶ Todavia estes estudos não se esgotam nos monarcas e suas consortes. O Infante D. Pedro, embora não possuindo uma biografia em seu nome, encontra-se estudado por várias obras⁷ que nos permitem traçar um panorama geral da sua vida. Quanto ao seu filho homónimo, dispomos do trabalho de Luís Adão da Fonseca,⁸ obra pioneira do estudo biográfico em Portugal. Sem dúvida que o Infante D. Henrique é a figura que reúne o maior número de produção bibliográfica, contando com duas recentes biografias⁹ e outras inúmeras obras.¹⁰ No caso do irmão mais novo de D. João, D. Fernando, destacamos a obra de João Inglês Fontes.¹¹ Quanto à sua irmã, a Infante D. Isabel, apontamos o livro de Monique Sommé,¹² e, mais recentemente, sobre o período em que permaneceu no reino português, a dissertação de mestrado de Ana Paula Antunes.¹³

No que toca ao ramo bastardo da família de Avis, assinalamos o clássico estudo de Montalvão Machado¹⁴ respeitante ao Conde de Barcelos, ao qual recentemente se têm agregado novos contributos.¹⁵ Quanto aos dois filhos do Conde, D. Afonso, Conde

² Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2008).

³ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Temas e Debates, 2007).

⁴ Saul António Gomes, *D. Afonso V* (Lisboa: Temas e Debates, 2009).

⁵ Manuela Santos Silva, *Filipa de Lencastre* (Lisboa: Temas e Debates, 2014).

⁶ Ana Maria S. A. Rodrigues, *As tristes Rainhas* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

⁷ Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e Significado* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973) E ainda: “Actas do congresso comemorativo do 6^o centenário do Infante D. Pedro”, *Biblos – Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXIX (1993).

⁸ Luís Adão da Fonseca, *Condestável D. Pedro de Portugal* (Porto: INIC, 1982).

⁹ Peter Russell, *Henrique, o Navegador* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004) João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique o Infante* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009).

¹⁰ Entre o vasto leque bibliográfico sobre o Infante destacamos: João Silva de Sousa, *A casa senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 1991).

¹¹ João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo* (Cascais: Patrimonia, 2000).

¹² Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV^e siècle* (Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1998).

¹³ Ana Paula Jerónimo Antunes, *De Infanta de Portugal a Duquesa da Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012)

¹⁴ J. T. Montalvão Machado – *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra* (Lisboa: Edição do autor, 1964) Veja-se ainda: J. T. Montalvão Machado, “Dom Afonso, 8^o Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança”. Separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXXIII (1963).

¹⁵ Rui Filipe Ferreira Pereira, “D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte a Alfarrobeira” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016) Maria Beatriz Sanches

de Ourém dispõe de uma coletânea de artigos editados nas atas do congresso¹⁶ organizado em sua memória; e para D. Fernando, Conde de Arraiolos, contamos com a dissertação de Maria Barreto Dávila.¹⁷ Relembramos ainda a obra de Mafalda Soares da Cunha,¹⁸ que é transversal a todos os supracitados, assim como a biografia de Nuno Álvares Pereira, da autoria de João Gouveia Monteiro.¹⁹

Concernente à descendência do Infante, a historiografia tem prestado especial atenção à Infante D. Beatriz, especificamente o estudo de Odete Martins²⁰ e os trabalhos de Maria Barreto Dávila.²¹ A última adição a esta longa lista é a dissertação de Teresa Coelho,²² atinente ao Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

No que respeita ao Infante D. João, objeto central da nossa investigação, podemos traçar as origens do seu estudo até ao século XVIII. As duas obras setecentistas cujos escritos começaram a delinear os contornos biográficos de D. João foram nomeadamente: *Memorias para a Historia de Portugal que compreendem o governo delRey D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*;²³ e a *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*.²⁴ Ambas dedicam um capítulo em exclusivo ao Infante, onde o discurso se pauta pelo seu carácter laudatório, característica inerente das obras biográficas deste período. A seleção cuidada dos eventos aflorados dá uma clara primazia às ações políticas da vida de D. João, tendo por base os relatos cronísticos de Rui de Pina.

van Zeller, “Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, filho de D. João I” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018).

¹⁶ *Actas do Congresso Histórico – D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a sua época*, coord. Carlos Ascenso André (Ourém: C.M. de Ourém, 2004).

¹⁷ Maria Barreto Dávila, *D. Fernando I, 2º Duque de Bragança: Vida e Acção Política* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009).

¹⁸ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990).

¹⁹ João Gouveia Monteiro, *Nuno Álvares Pereira: Guerreiro, Senhor Feudal, Santo – os três rostos do Condestável* (Lisboa: Manuscrito, 2017).

²⁰ Maria Odete Sequeira Martins, *Dona Brites – uma mulher da Casa de Avis* (Lisboa: Quidnovi, 2009).

²¹ Maria Barreto Dávila, *Governar o Atlântico. D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016) E a mais recente obra da sua autoria: Maria Barreto Dávila, *Mulher dos Descobrimentos - D. Beatriz, infanta de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2019).

²² Maria Teresa Nunes Pedro Palma Coelho, *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2019).

²³ José Soares da Silva, *Historia de Portugal que compreendem o governo delREy D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres* (Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732) Tomo III.

²⁴ Antonio Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1776), Tomo II, Livro III.

No final do século XIX, Oliveira Martins dava à estampa a sua obra *Filhos de D. João I*,²⁵ onde não deixa de figurar o nosso biografado. É perceptível que D. João assume perante os seus irmãos mais velhos um papel de menor relevo, repartindo uma espécie de “segunda linha” na narrativa junto do seu irmão D. Fernando. Novamente toma o palco central a atividade empreendida pelo Infante entre 1438 a 1441, com vista a assegurar a chegada de D. Pedro à regência *in solidum*, sendo que toda a narrativa continua a ter por base os relatos escritos por Pina na sua crónica de D. Afonso V. Entre as décadas de 40 e 60 do século passado, o estudo da figura do Infante seria eclipsado pelo seu parecer sobre a expedição a Tânger, que mereceu atenções de historiadores como João da Silva Marques,²⁶ Vitorino Magalhães Godinho,²⁷ José Hermano Saraiva,²⁸ Eduardo Borges Nunes,²⁹ Domingos Maurício³⁰ e António Joaquim Dias Dinis.³¹

Na década de 60, aquando da publicação do *Dicionário de História de Portugal*, seria encomendada a Joaquim Veríssimo Serrão a redação de um sumário artigo biográfico acerca do Infante D. João.³² Apesar das dificuldades, este texto constituiu-se como a primeira análise “biográfica” científica, acerca de D. João, assente sobre uma boa base bibliográfica e documental. Ocupando não mais do que duas páginas, este sumário da vida do Infante oferece uma sequência cronologicamente organizada dos eventos que marcaram o seu percurso. A análise divide-se em duas partes, uma primeira iniciada com o nascimento, passando depois pela chegada a administrador da Ordem de Santiago e que culmina no casamento com D. Isabel. A segunda parte versa sobre a atuação e presença política de D. João na corte avizina de quatrocentos, onde a temática dominante é de novo o parecer por ele redigido. Na década seguinte, o estudo de referência sobre o período da regência durante a menoridade de D. Afonso

²⁵ Joaquim Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Guimarães Editores, 1993).

²⁶ *Descobrimientos Portugueses*, ed. João da Silva Marques (Lisboa: INIC, 1988) Supl. Vol. I, 352-360.

²⁷ *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, pref. e notas de Vitorino Magalhães Godinho (Lisboa: Gleba, 1945-1956) 3 vols.

²⁸ José Hermano Saraiva “Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da expansão portuguesa no norte de África”, *Ethnos Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, vol. III (1948): 319-345.

²⁹ Eduardo Borges Nunes, “O parecer do Infante D. João sobre a ida a Tânger”, *Brotéria*, vol. LXVI (1958), 269-287.

³⁰ Domingos Maurício Gomes dos Santos S.J., *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)* (Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1960).

³¹ *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962) Vol. IV, 111-123.

³² Joaquim Veríssimo Serrão, “Infante D. João”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) vol. III, 380-381.

V, de Humberto Baquero Moreno,³³ proporcionou o esquema mais completo até aos nossos dias da atuação de D. João, junto do seu irmão D. Pedro, aquando das lutas internas pela governação. Nas obras de síntese geral da história de Portugal produzidas desde a década de 70 verifica-se uma tendência comum na abordagem do Infante, restringindo-a a dois eventos: o seu posicionamento político durante a regência vivida após a morte de D. Duarte e ainda o seu parecer sobre a guerra em África.

Pouco se alteraria ao longo das seguintes décadas no panorama investigacional, sendo testemunho disso as palavras de Mafalda Soares da Cunha escritas em 1990: “Na pequena biografia traçada por Joaquim Veríssimo Serrão (...) é desenhado um quadro da produção historiográfica respeitante ao Infante D. João que ainda hoje permanece válido...”.³⁴ O despontar da década de 90 traria consigo um novo fôlego à compreensão de D. João através de novas linhas de investigação como a sua presença e influência na corte avizina,³⁵ os seus primeiros anos no governo da Ordem de Santiago,³⁶ a sua relação com a atividade mineira nos seus domínios³⁷ e ainda a sua ação bélica.³⁸ Com o encerrar da década chegaria o primeiro estudo biográfico respeitante a D. João sob a forma de uma dissertação de mestrado de Maria Dulcina de Medeiros,³⁹ todavia este trabalho pioneiro demonstrar-se-ia insuficiente, devido à ausência de um conjunto alargado e coeso de fontes e de um suporte bibliográfico adequado, que resultou num produto final pouco organizado e com escassa informação.

Com a chegada do século XXI diversas obras⁴⁰ têm contribuído pontualmente para um melhor conhecimento do Infante, como as monografias urbanas referentes às terras espatárias⁴¹ e especialmente as obras dedicadas ao estudo das Ordens Militares.

³³ Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973).

³⁴ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder – A casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990), 34.

³⁵ Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média* (Carnaxide: Difel, 1995).

³⁶ Mário R. de Sousa Cunha, “O Infante D. João Administrador da Ordem de Santiago”. In *As Ordens Militares em Portugal*, coord. Luís Pequito Antunes e Paulo Pacheco (Palmela: C.M. de Palmela, 1991) p. 171-180.

³⁷ Luís Miguel Duarte, A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese), *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, Vol. 12 (1995) 75-112.

³⁸ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998) E ainda sobre a sua participação no descerco de Ceuta por todos veja-se: Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)* (Évora: CIDEHUS e Edições Colibri, 2004).

³⁹ Maria Dulcina Vieira Coelho de Medeiros, *O Infante D. João (1400-1442) – (Subsídios para uma biografia)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999).

⁴⁰ Devido ao elevado número de obras disponíveis, optamos por indicar somente dois estudos por cada tópico a título exemplificativo.

⁴¹ A título de exemplo: Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Lisboa: Colibri e C.M. de Alcácer do Sal, 2007); Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval* (Setúbal: C.M. de Setúbal,

Estas têm-nos trazido novos dados sobre a constituição social da casa do Infante;⁴² o seu processo de nomeação para cargo de administrador;⁴³ a sua influência no quadro normativo da Ordem;⁴⁴ entre outras. A esta temática devemos ainda a produção das duas sínteses biográficas mais completas de que atualmente dispomos acerca do Infante D. João.⁴⁵ Durante a última década, novas linhas de investigação têm sido abertas por diferentes áreas de estudo: na história financeira, a tese de Rodrigo Dominguez sobre o sistema fiscal quatrocentista português, que nos apresenta um plano geral dos rendimentos do Infante;⁴⁶ na história económica, destacamos a dissertação de Paulo Cunha, sobre as feiras medievais portuguesas, onde se analisa a relação entre D. João e a feira de Alcácer do Sal;⁴⁷ história da cultura e mentalidades, com contributos novos acerca do parecer de Tânger por Miguel Aguiar, que o contextualiza na ideologia cavaleiresca coeva;⁴⁸ e na história eclesiástica, com os contributos de André Rodrigues, sobre os clérigos próximos do Infante,⁴⁹ e de João

1998); José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013).

⁴² Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006); António Pestana de Vasconcelos, “Nobreza e Ordens Militares: Relações Sociais e de Poder – séculos XIV a XVI” In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, n.º12 (Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2012) 1-1020.

⁴³ Isabel Lago Barbosa, “Mestre ou Administrador? A substituição dos Treze pela coroa na escolha dos Mestres” In *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, ed. Isabel Fernandes (Lisboa-Palmela: Colibri e C.M. de Palmela, 1999) vol. II, 223-229; Paula Pinto Costa, “Infantes e reis como administradores das Ordens Militares: uma estratégia governativa” In *Mundos Ibéricos: territórios, gêneros e religiosidade*, org. Armênia Maria de Souza, e Renata Cristina de Sousa Nascimento (São Paulo: Alameda, 2017) 107-127.

⁴⁴ Isabel Lago Barbosa, “A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática)” In *Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, n.º2 (Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997) 93-288. Isabel Lago Barbosa, “A normativa da Ordem de Santiago: uma memória peninsular”, In *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, coord. de Isabel Fernandes e Paulo Pacheco (Lisboa: Colibri; C.M. de Palmela, 1992), 65-70.

⁴⁵ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006), 242-246; Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal* (Lisboa: Colibri, 2015), 155-167.

⁴⁶ Rodrigo da Costa Dominguez, *O Financiamento da Coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o “Africano” e o “Venturoso”* (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013).

⁴⁷ Paulo Morgado e Cunha, *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019).

⁴⁸ Miguel Aguiar, *Cavaleiros e Cavalaria – Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV* (Lisboa: Teodolito, 2018).

⁴⁹ André Moutinho Rodrigues, *Capelães, Confessores e Esmoleres: religiosos na esfera do Poder Real (1385-1449)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020).

Inglês Fontes, que nos fornece dados sobre a participação de D. João e membros da sua casa na implantação dos movimentos eremíticos.⁵⁰

3. Fontes e metodologia

Um dos principais desafios que desde logo se colocou à nossa investigação foi a construção de um *corpus* documental apto a proporcionar-nos as respostas desejadas às interrogações orientadoras do nosso projeto. Iniciamos a nossa recolha documental entre as listagens proporcionadas pela bibliografia que, todavia, consideramos demasiado incipientes para desenvolver um estudo alicerçado e completo. Tendo isto em conta, optamos por expandir consideravelmente os horizontes da nossa busca documental. Partindo dos fundos documentais já identificados e compulsados, fomos paulatinamente ampliando as nossas buscas documentais almejando constituir o grupo de fontes mais alargado e heterogéneo possível.

Optamos por catalogar o conjunto de fontes por nós compulsadas em três grandes categorias. Primeiramente, surgem as fontes de carácter narrativo, onde se incluem as obras cronísticas relativas aos reinados e indivíduos contemporâneos do Infante, nomeadamente a *Crónica de D. João I*,⁵¹ a *Crónica da Tomada de Ceuta*⁵² e ainda a *Crónica do Condestável*,⁵³ textos cruciais para a captação de dados respeitantes à fase mais precoce da vida do nosso biografado. Seguidamente, surgem a *Crónica de D. Duarte*⁵⁴ e a *Crónica de D. Afonso V*,⁵⁵ de Rui de Pina, as quais se mantêm até aos dias de hoje como as principais bases da visão historiográfica sobre D. João. Com vista a complementar e confrontar as leituras oferecidas por Pina, optamos por incluir as refundições levadas a cabo por Duarte Nunes de Leão,⁵⁶ critério que igualmente

⁵⁰ João Luís Inglês Fontes, *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012).

⁵¹ Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, ed. William Entwistle (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1977) vol. II.

⁵² Gomes Eanes Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

⁵³ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre*, ed. Adelino de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991).

⁵⁴ Rui de Pina, “Chronica Chronica do Senhor Rey D. Duarte”. In *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 481-575.

⁵⁵ Rui de Pina, “Chronica Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”. In *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 587-881.

⁵⁶ Duarte Nunes de Leão, “Cronica, e vida del Rey D. Duarte”. In *Crónicas de Rui de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão* (Porto: Lello & Irmão, 1975) p.735-779 e Duarte Nunes de Leão, “Cronica, e vida del Rey D. Affonso o V”. In *Crónicas de Rui de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão* (Porto: Lello & Irmão, 1975), 781-1002.

aplicamos na seleção da obra de Gaspar Dias de Landim,⁵⁷ conscientes das limitações e enviesamentos destas obras.

Uma outra obra de recurso imperativo é o texto de Fr. João Álvares em *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*,⁵⁸ onde se guardam alguns escassos elementos sobre D. João, maioritariamente focados nas ações encetadas no rescaldo do aprisionamento do Infante Santo após o desastroso assalto à praça de Tânger em agosto de 1437. As missões de cariz bélico e diplomático levadas a cabo por D. João e alguns dos membros da sua casa em territórios norte africanos justificam a utilização do restante espólio de Zurara.⁵⁹ Relativamente à sua atuação enquanto mestre espatário contamos com a breve descrição de Fr. Jerónimo de Román, em *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*.⁶⁰

O segundo grupo é constituído pelas fontes editadas/publicadas, nesta instância socorremo-nos inicialmente das principais coletâneas com contributos relativos ao séc. XV, como a *Monumenta Henricina*,⁶¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*,⁶² entre outras.⁶³ A estas juntam-se de forma mais pontual, o *Livro Verde da Universidade de Coimbra*,⁶⁴ *Livro do Almoxtarifado de Silves (Século XV)*,⁶⁵ *Livro dos Pregos e Receitas*,⁶⁶ dentre outros.⁶⁷ É ainda indispensável a utilização de *Provas da*

⁵⁷ Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita* (Lisboa: Escriptorio, 1892).

⁵⁸ João Álvares, *Tratado da vida e feito do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*, ed. Adelina de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959).

⁵⁹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1997). Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1978). Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, ed. Torquato de Sousa Soares (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997) 2 vols.

⁶⁰ Fr. Jerónimo de Román, “História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis”. In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, n.º10 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2008), 21-273.

⁶¹ *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974), 15 vols.

⁶² *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. Adriano Moreira de Sá (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970-1982), vols. III e IV.

⁶³ A título de exemplo: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingues de Sousa Costa (Braga: Editorial Franciscana, 1968-1970), vols. II, III-2 e IV. *Documentos da Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, dir. Pedro de Azevedo (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934), 2 vols. *Descobrimientos Portugueses*, ed. João da Silva Marques (Lisboa: INIC, 1988), Supl. vol. I e vol. III.

⁶⁴ *Livro verde da Universidade de Coimbra*, trans. Maria Teresa Nobre Veloso (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992).

⁶⁵ *Livro do almoxtarifado de Silves: século XV*, trans. Maria José da Silva Leal (Silves: C. M. de Silves, 1984).

⁶⁶ *Livro dos Pregos*, coord. Inês Morais Viegas e Marta Gomes (Lisboa: C. M. de Lisboa, 2016).

⁶⁷ Saúl António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas Do Mosteiro e da Vila da Batalha (séc. XIV a XVII)* (Lisboa: IPPAR, 2002). Jorge Faro, *Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)* (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965).

História Genealógica da Casa Real Portuguesa,⁶⁸ que se destaca pela riqueza documental nela contida, com especial destaque para os documentos colhidos em arquivos privados, como o contrato de casamento celebrado entre o Infante e a Infanta D. Isabel em 1424. Por último, destacamos a coletânea *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence - The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*,⁶⁹ que nos oferece dados acerca dos relacionamentos estabelecidos entre D. João e a Cúria Papal, assim como sobre os vários intervenientes nestas trocas de correspondência. Foram compulsadas as chancelarias régias de D. João I⁷⁰ e D. Duarte,⁷¹ assim como as cortes medievais portuguesas contemporâneas de D. João.⁷²

No que diz respeito ao espólio documental vinculado ao período de 24 anos em que D. João se manteve nos comandos da milícia espatária, a nossa busca iniciou pelos fólios do afamado *Livro dos Copos*.⁷³ Este códice reúne em si o leque mais diverso e completo de documentação da Ordem produzida entre as décadas de 20 e 40 de quatrocentos, período que corresponde à tutela da milícia pelo nosso biografado. A nossa recolha traduziu-se num levantamento de mais de 3 dezenas de diplomas – onde se incluem aforamentos, bulas, súplicas, e inclusive cartas originais do Infante, entre diversos outros. Ainda no que toca à documentação dos espatários, destacamos a utilização do *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega*,⁷⁴ único exemplar medievo de um livro de vereação pertencente a um concelho subordinado à jurisdição da Ordem de Santiago. A cronologia dos documentos insertos nesta fonte permitiu-nos trazer um pouco mais de clarividência sobre a fase menos conhecida da vida de D. João, a última década do reinado do seu pai, D. João I. Em termos sumários, o conteúdo desta fonte permitir-nos-á compreender os meandros do aparelho administrativo

⁶⁸ Antonio Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa: Officina Sylvania, 1739-1744), Tomo I, Livro III; Tomo III, Livro VI.

⁶⁹ Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence - The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florença: Leo S. Olschki Editore, 2017).

⁷⁰ *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2005-2006) vol. I, t.1-3; vol. II, t.1-3; vol. III, t.1-3; vol. IV, t.1-2.

⁷¹ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1998-2002) vol. I, t.1-2; vol. II; vol. III.

⁷² Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e outros estudos* (Porto: Fio da Palavra, 2014), p.29-170; *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte (Cortes de 1436-1438)*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2004); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1439)*, ed. João José Alves Dias e Pedro Pinto (Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2016); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441-1447)*, ed. João José Alves Dias e Pedro Pinto (Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2017).

⁷³ “Livro dos Copos”. In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, n^o7 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006),17-678.

⁷⁴ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: C. M. de Alcochete, 2005).

deste concelho, a constituição da elite governativa local e a natureza das relações encetadas entre a tríade de poderes composta pelo concelho, Infante e a rede clientelar deste último. Destacamos ainda a preservação de várias cartas originais do Infante D. João, que se encontram trasladadas neste códice.

A par deste livro de atas concelhias, surge um outro códice conhecido como Livro do Tombo da Vila de Sesimbra.⁷⁵ Encomendado em meados da década de 30 do século XV, com vista em preservar a documentação pertencente ao concelho de Sesimbra, este tomo armazena em si mais de uma centena de traslados documentais, cuja cronologia abrange os séculos XIV e XV, referentes a diversos aspetos e vertentes da vida municipal sesimbrense. Deste espólio documental, destacamos especialmente a dezena de cartas originais do Infante D. João que aí se preservaram em traslado.

As visitas espatórias realizadas entre a segunda metade do século XV e nas primeiras décadas da centúria seguinte, foram também alvo da nossa busca documental. Nelas encontramos referências concernentes à atividade de mecenato encetada pelo Infante junto de algumas igrejas espatórias.⁷⁶ Ao longo das nossas leituras fomos nos deparando com diversos documentos avulsos, respeitantes à atuação do Infante enquanto administrador espatório, dispersos por múltiplos livros, artigos⁷⁷ e nas coletâneas documentais publicadas pela *Militarium Ordinum Analecta*.⁷⁸

A última categoria de fontes reporta-se à documentação manuscrita e inédita, primeiramente destacamos a Chancelaria de D. Afonso V, que, devido à sua extensão,

⁷⁵ A.M.S. Livro do tomo da vila de Sesimbra, Liv.1. Queremos agradecer ao Dr. Pedro Pinto e à Dra. Fernanda Rodrigues, do Arquivo Municipal de Sesimbra, o acesso privilegiado que nos concederam a uma versão preliminar da transcrição deste Tombo.

⁷⁶ *Documentos para a História da Arte em Portugal*, ori. Raul Lino e Luís Silveira (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969), vol.7; Luís Filipe Oliveira – Em demanda das visitas da Ordem de Santiago: As actas anteriores a 1468. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Edições Colibri; C.M. de Palmela), 517-535; José Manuel Vargas, *Sabonha e S. Francisco* (Alcochete: C.M. de Alcochete, 2005); Mário Raul de Sousa Cunha, (...) *visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Samtiagu* (...) (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 2 vols.

⁷⁷ A título de exemplo vejamos: Maria Teresa Pereira, “O santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal: A paisagem envolvente”. In *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*, coord. Iria Gonçalves (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007), 171-234; Alexandre M. Flores e Paula Freitas Costa, *Misericórdia de Almada - das origens à restauração* (Almada: Santa Casa da Misericórdia, 2006), 169-170; Luís Filipe Oliveira, “Os cavaleiros de carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e Alcanede”. *Medievalista on-line*, nº1 (2006), 1-18. <https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA1/medievalista-cavaleiros.htm>.

⁷⁸ “Livro dos Copos”. *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, nº7 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006), 17-678. “A comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554). *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, nº14 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2013), 7-1618. “A comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640). *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, nº16 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2013), 7-397.

nos obrigou a recorrer a ferramentas de pesquisa, nomeadamente uma base de dados construída há alguns anos e ainda os índices manuscritos do século XVIII. Contudo, o escasso detalhe e o caráter lacunar das mesmas levaram-nos a consultar na sua íntegra, da forma mais sistemática possível, os livros 2, 18, 19, 20, 23 e 27. Correspondentes ao quinquénio de 1439-1443, coincidindo com os últimos anos de vida de D. João. Tomamos a opção de incluir um livro (Liv.27) produzido no ano seguinte à sua morte, ocorrida em outubro de 1442, de forma a captar possíveis alterações de destaque ocorridas já após o seu falecimento. No âmbito da nossa análise foi ainda compulsada a coleção de Leitura Nova do ANTT,⁷⁹ guiando-nos através da bibliografia e os supracitados índices, revelando-se este fundo útil para identificação de possessões patrimoniais de D. João e de vários homens da sua casa. Destacamos ainda a consulta do códice de S. Domingos de Azeitão,⁸⁰ onde recolhemos diversos tabeliães indigitados por D. João que desenvolveram a sua atividade na vila de Sesimbra e seu termo. Em adição a estes núcleos, fomos recolhendo uma grande variedade de documentação avulsa inédita proveniente de diversos arquivos nacionais, como o Arquivo Distrital do Porto, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.⁸¹

Quanto à metodologia empregue na construção da listagem prosopográfica anexa ao nosso projeto, optamos por aí incluir os homens ligados à casa senhorial e ao séquito pessoal do Infante D. João (cavaleiros, escudeiros, criados) e diversos outros oficiais e serviçais ao seu dispor (copeiro, tesoureiro, escrivão da puridade). Assim como algumas personagens de destaque que contataram ou serviram pontualmente D. João, apesar da documentação coeva não nos fornecer evidências de um vínculo formal entre eles. A imensa diversidade e heterogeneidade deste grupo composto por mais três centenas de indivíduos levou-nos a optar por um modelo assente em notícias

⁷⁹ A.N.T.T. Liv. 2 de Legitimações; Livro dos Mestrados; Livs. 1, 2, 3, 4 de Místicos; Livs. 1, 3, 4 do Além-Douro; Livs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 do Odiana; Livs. 7, 8 da Estremadura.

⁸⁰ A.N.T.T. São Domingos de Azeitão, Liv.18.

⁸¹ Entre os fundos documentais consultados destacamos os seguintes: Mosteiro de Santos-o-novo; Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis; Convento de São Domingos de Lisboa; Viscondes de Vila Nova da Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima; Coleção das Gavetas; Coleção Especial, entre outros.

prosopográficas, baseado nos exemplos proporcionados por Luís Filipe Oliveira⁸² e Mário Farelo.⁸³

Na sua forma final, estas pequenas biografias estarão organizadas por ordem alfabética do primeiro nome do indivíduo (que terá a si associado um número para facilitar a sua identificação). Abaixo do nome serão apresentados os laços que o unem ao Infante (ofício desempenhado na casa do mesmo; ofícios ou títulos detidos no âmbito régio e/ou da Ordem de Santiago). Convergiram-se os casos homónimos, sempre que as dúvidas provaram ser inultrapassáveis, de forma a não inflacionar inadvertidamente o número de intervenientes. Tentaremos manter a ordenação mais constante possível entre as narrativas dos vários indivíduos, com vista a facilitar leituras, assim como a realização de comparações entre os diversos integrantes da listagem. Esta tarefa nem sempre será possível atendendo à inerente inomogeneidade do grupo e ao cariz variado, disperso e por vezes fragmentário dos dados recolhidos, bem como a evidente decalagem em termos do volume informacional concernente a cada indivíduo – não são raros os casos de indivíduos aos quais não nos foi possível imputar mais do que uma referência.

Estrutura do modelo prosopográfico a aplicar:

1. Nome do Indivíduo

1. Afiliação à casa senhorial do Infante (datas extremas)
2. Cargo desempenhado na casa senhorial do Infante (datas extremas)
3. Cargo desempenhado a mando régio e/ou da Ordem (datas extremas)
4. Texto (onde serão apresentados os dados pela seguinte ordenação):
 - a) – Ascendência familiar;
 - b) – Percurso na casa senhorial do Infante D. João e/ou nos ofícios régios/da Ordem que lhe foram entregues;
 - c) – Inserção geográfica e identificação de bens patrimoniais;
 - d) – Descendência e outros dados relativos ao seu panorama familiar e dos seus dependentes (criados/serviçais).

⁸² Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006).

⁸³ Mário Sérgio da Silva Farelo, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)* (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008).

4. Proposta de estrutura do projeto

A estruturação do nosso projeto encontra-se provisoriamente organizada em quatro capítulos, os quais correspondem às quatro facetas ou vertentes da vida do Infante que nos propomos estudar. Sendo que ainda nos encontramos numa fase bastante embrionária do tratamento dos dados recolhidos, é muito provável que esta estrutura venha a sofrer alterações significativas até à concretização da nossa dissertação. Aos quatro capítulos acima referidos, acrescem as divisões requeridas pelas formalidades de um trabalho académico – como a introdução, estado da arte, fontes e metodologia e ainda a conclusão.

O primeiro capítulo dedica-se à fase inicial do percurso de vida do Infante, iniciando-se no momento do nascimento. Pretendemos aqui analisar primordialmente a sua criação e educação, bem como identificar os agentes atuadores nesse processo. Será ainda objeto de análise a sua inserção no meio cortesão de Avis, enquanto quadro formativo, e conseqüente introdução à vida política, bem como as motivações e conseqüências do seu matrimónio, evento que consideramos conclusivo para esta primeira etapa da sua vida.

O segundo capítulo versará sobre a casa senhorial do Infante dividindo-se em dois subcapítulos, o primeiro direcionado para um estudo da vertente territorial e patrimonial da mesma, onde tentaremos apreender a real dimensão do património por ele detido, bem como as suas diversas fases de expansão e consolidação, e, por fim, proceder à construção de uma cartografia desse núcleo patrimonial. A segunda subdivisão dedicar-se-á à compreensão e identificação da composição humana e social dessa mesma casa senhorial, através da construção de prosopografias.

A terceira parcela divisória do nosso estudo debruçar-se-á sobre a ligação de D. João com a Ordem Espatária. Aqui almejamos realizar uma breve contextualização da Ordem durante a primeira metade de quatrocentos, sobre a qual tentaremos justificar a sua seleção enquanto primeira ordem militar a ser entregue a um filho de D. João I e explicar o processo de nomeação deste novo administrador. Em seguida, levaremos em conta o governo e a atuação do Infante como administrador da Ordem Espatária durante o período 24 anos em que ocupou o cargo.

No quarto e último capítulo iremos endereçar as questões referentes à ação política, bélica e diplomática desenvolvidas pelo Infante ao longo da sua vida. Atividade iniciada aquando da sua associação ao poder, em função da ausência dos principais atores políticos portugueses em Ceuta; passando pelas suas ativas

participações em Cortes, o seu posicionamento em relação à expansão portuguesa em terras magrebina, e, numa fase mais tardia do seu labor político, o seu papel enquanto Condestável e agente ativo aquando da elevação de D. Pedro, a regente do reino. Ao fundamentar este capítulo sobre documentos inéditos e até desconhecidos, pretendemos proporcionar uma leitura mais completa e crítica do poder e influência política de D. João na corte de quatrocentos. Devido ao abrupto e inesperado fim da sua vida consideramos ser preferível abordar o seu rápido declínio, derradeiros momentos e preservação e perpetuação da sua memória num epílogo, em jeito de remate final à narrativa tecida.